

## PERCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR – O QUE DIZEM OS ATORES?

Ivanilso Santos da Silva <sup>1</sup>  
Analice Martins da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho discute resultados sobre a percepção de estudantes sobre aspectos infraestruturais de suas respectivas escolas, tendo como norte a política de infraestrutura escola para as escolas da Rede Estadual de Pernambuco. Tal política vetoriza-se através de um Padrão Básico de Funcionamentos das Escolas Estaduais, no qual são estabelecidos os requisitos materiais para a configuração de um espaço escolar. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as percepções de estudantes do Ensino Fundamental e Médio sobre as condições infraestruturais de suas escolas à luz da referida política de infraestrutura escolar. Para tanto foi aplicado um questionário com estudantes do 9º ano e do ensino médio de quatro Escolas Regulares da Rede Estadual, situadas no Recife, buscando privilegiar aspectos subjetivos (KOWALTOLWSKI, 2011). Os dados foram discutidos à luz da Análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e tendo como arcabouço teórico-analítico, as contribuições de Ball (2002) sobre o ciclo de políticas. Os resultados evidenciaram que os aspectos de caráter subjetivo, relativos às formas de uso e intervenção nos espaços, conformadores dos ambientes, tem muita relevância na percepção dos estudantes sobre as suas escolas. Evidenciaram, ainda, que a percepção sobre as formas de uso e qualidade dos espaços e equipamentos, é realista, condizente com suas vivências e reveladoras de efeitos da política de infraestrutura escolar baseada em Padrões Básicos, para a garantia ou negação de direitos educacionais. Tais elementos ajudam a compreendermos o papel da infraestrutura escolar como elemento da política pública de educação, em relação com a dimensão pedagógico-administrativa.

**Palavras-chave:** Política Educacional, Política de infraestrutura escolar, Espaço Escolar, Pernambuco.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as percepções de estudantes do Ensino Fundamental e Médio sobre as condições infraestruturais de suas escolas. Para tanto foi aplicado um questionário com estudantes do 9º ano e do ensino médio de quatro escolas do Recife, tendo como base em dos aspectos da política de infraestrutura escolar de Pernambuco, qual seja o Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas Estaduais, que estabelece as condições mínimas para o funcionamento de um espaço escolar.

Neles são estabelecidas três categorias de Área Física, quais sejam, Área Administrativa, Área Técnica e Pedagógica, e Área de vivência, recreação e serviços gerais.

<sup>1</sup> Mestre em educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [ivanilosantos@yahoo.com.br](mailto:ivanilosantos@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Mestre em educação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, [analice1989.martins.s@gmail.com](mailto:analice1989.martins.s@gmail.com).

Em cada categoria são elencados espaços, mobiliários, equipamentos e, quando é o caso, materiais pedagógicos respectivos, como condição para funcionamento de uma escola estadual (PERNAMBUCO, 2010; 2012).

Se por um lado utilizamos tal Padrão Básico na construção do instrumento de coleta, também nos utilizamos de contribuições teóricas sobre aspectos subjetivos relativos às percepções e avaliações de ambientes e espaços escolares, em especial das contribuições de Kowaltowski (2011), Viñao (2005) e Lima (1989), cujos trabalhos destacam o papel dos usos que as pessoas dão aos espaços como fundamentais na configuração dos ambientes. Daí que tenhamos relacionado percepção subjetiva sobre a escola com avaliação objetiva dos equipamentos, materiais e laboratórios.

Com isto, buscamos dar mais um passo na discussão sobre infraestrutura, espaço-ambiente, pedagogia e currículo, com a materialização das políticas educacionais e sua ressignificação na escola, tendo como aporte base teórica de nossa análise as contribuições de Ball (2002a; 2002b; 2016), sobre o ciclo de políticas e a atuação de políticas na escola.

Apresentamos, aqui, um breve panorama da vivência da política de infraestrutura escolar, em especial dos Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas Estaduais de Pernambuco, por parte de estudantes, revelando um pouco dos seus efeitos sobre as pessoas e na garantia de um direito à educação de qualidade, em muitos aspectos negados.

## **METODOLOGIA**

Foram sujeitos desta pesquisa estudantes do último ano do Ensino Fundamental (9º ano) e do Ensino Médio de quatro escolas da rede pública estadual de Pernambuco. As escolas campo da pesquisa caracterizam-se por serem escolas regulares, que não funcionam em tempo integral ou semi-integral, todas situadas na cidade do Recife, sob a gestão da Gerência Regional de Educação – Recife Sul.

A ideia central foi reunir e analisar informações com base nas diversas vivências e lugares ocupados no cotidiano da vida escolar, objetivando apreender a percepção dos atores a respeito da política de infraestrutura escola a partir da percepção sobre o espaço e o ambiente escolar.

Para tanto, realizamos a aplicação de questionário com 65 estudantes, com idade entre 13 e 18 anos, sendo metade do grupo composto por meninas e todos os questionários foram respondidos por adesão, o que nos levou a uma média de treze estudantes por escola. Além de proporcionar uma breve caracterização dos participantes, a primeira parte do questionário objetivava apreender aspectos da relação dos estudantes no e com o prédio escolar, pois é

nesta relação que os ambientes se dão, em primeira instância, e para nos ajudar a estabelecer um padrão mínimo de confiabilidade das respostas (RICHARDSON, 1999) na intenção de nos aproximarmos da percepção dos estudantes das escolas campo sobre a infraestrutura da sua escola e identificarmos possíveis indicadores dos efeitos da política em suas respostas.

A análise dos dados foi realizada à luz da análise de conteúdo, como método para realização de inferência sobre dados quantitativos e qualitativos (BARDIN, 2011) e pautou-se no arcabouço teórico-analítico do ciclo de políticas.

## **DESENVOLVIMENTO**

O ponto de partida deste trabalho é o espaço e o ambiente escolar na condição de elementos da política educacional. Para apreensão e melhor compreensão deste objeto, cunhamos o conceito de Política de Infraestrutura Escolar, que significa toda ação do Estado cujo foco seja a aquisição, construção, reforma, adequação ou manutenção, de espaços escolares, seus equipamentos e mobiliários.

Para chegarmos nesta formulação, nos utilizamos de contribuições teóricas do campo da historiografia, em especial aquele que busca discutir a história da educação desde a análise da arquitetura e dos equipamentos e mobiliários escolares (BENCOSTTA, 2005; VIÑAO, 2005; SOUZA, 2007; DÓREA, 2013), considerando que tais aspectos explicitam pedagogias e concepções políticas próprias de cada momento histórico, evidenciando-se reflexos de ditas concepções “nas mudanças ocorridas nas formas de organização e uso do tempo escolar, as quais, por sua vez, guardaram estreitas relações com o desenvolvimento dos métodos e dos materiais pedagógicos e com a construção de espaços escolares” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 20-21).

Outro aporte teórico basilar para chegarmos à ideia de Política de Infraestrutura Escolar encontra-se nas contribuições do campo da arquitetura que, ao debaterem a infraestrutura escolar se esforçam em relacioná-la com concepções pedagógicas. Ou seja, a cada tipo de arquitetura corresponde uma concepção pedagógica fruto de uma concepção de sociedade, o que, mais uma vez, conduz a pensar política e política educacional em específico. Assim, dirá Lima (1989, p.37) que “a lógica da sociedade (...) econômica e social está presente na organização de uso dos espaços e sua distribuição igualmente desigual dos meios educativos no território urbano”.

Além dos supracitados, esse arcabouço vai se cruzar, também, na articulação entre infraestrutura escolar (espaços, ambientes, mobiliários e equipamentos) e “processos psicopedagógicos” (ESCOLANO, 2001) ou, segundo Kowaltowski (2011), aspectos e

indicadores subjetivos, da dimensão organizacional e humana, da escola como espaço e ambiente, este último entendido como resultado da ação, apropriação e ressignificação dos espaços pelos usuários. Processo “resultantes das vivências nos espaços, que marcam as pessoas, (...) por meio de seus significados e discursos culturais presentes e decorrentes da dimensão material das escolas” (SILVA, 2017, p. 210-211).

Ou seja, toda dimensão material que é e compõe a escola, reverbera sobre a subjetividade das pessoas, de maneira implícita ou explícita a partir dos usos possíveis e ou desejáveis, caracterizando o papel curricular da infraestrutura (ESCOLANO, 2001). Em outras palavras, ela educa.

A relação entre infraestrutura escolar, espaço-ambiente, pedagogia e currículo, com a materialização das políticas educacionais e sua ressignificação na escola, se complementa com as contribuições da abordagem do ciclo de políticas, em especial voltado para discutir aspectos relativos ao contexto da prática e dos possíveis efeitos (BALL, 2002b).

O Contexto da Prática entendido, aqui, como o chão da escola, onde as políticas são reinterpretadas e traduzidas em práticas ou, em outros termos, onde as políticas são atuadas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016), não necessariamente implementadas, posto que na escola a política torna-se viva, reinterpretada. Políticas são consideradas os textos e as coisas, dirão os autores, elas tem materialidade ela se inscreve e se reflete nos corpos e nas mentes, são discursos, são recursos, são também valores.

Professores, gestores e estudantes são cerne deste processo, alguns deles nem sempre considerados, nos dizem: “Pouca atenção é dada ao contexto material do processo da política, nem os edifícios em que a política é feita, nem os recursos disponíveis nem os alunos com os quais a política é colocada em ação são, muitas vezes, levados em consideração” (Idem, p.17). A isto adicionaríamos, ainda, que infraestrutura e estudantes nem sempre são o objeto da análise quando falamos em estudos no campo educacional. O foco, como nos dirão os autores, recai, no mais das vezes, sobre análise sobre o texto e seu sentido, mais que na materialidade das políticas.

Porém, é nesta materialidade que a política ganha vida, a própria materialidade é fruto da política e alimentadora dela, são aspectos que facilitam ou dificultam, limitam ou potencializam a atuação da política, muitas vezes, revelando-a em aspectos não explícitos em seu texto, “assim, o material, o estrutural e o relacional precisam ser incorporados na análise de políticas, a fim de compreender melhor atuações das políticas no âmbito institucional” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 37).

Em outras palavras, considerar localidades e histórias das escolas, os valores que se fazem presentes e quais compromissos e experiências estão refletidos na escola e, conseqüentemente, na gestão que a escola faz da política; considerar, ainda, tecnologias, infraestruturas, orçamento e outros profissionais, além de aspectos externos à escola mas internos ao sistema de ensino, por exemplo, e como eles se fazem presente no contexto da prática.

Mais precisamente no foco da dimensão material da escola na relação com as relações que se estabelecem dentro da escola, é onde se situa este trabalho. Mais precisamente, focando a relação de estudantes com a escola como espaço e ambiente e entendendo estes mesmos estudantes como sujeitos/atores da política, buscando apreender a percepção destes atores, como estratégia para nos aproximarmos do contexto da prática e dos efeitos.

A dimensão do conforto e da estética, importantes elementos na concepção de um espaço, assim como as relações entre os sujeitos que resultam na conformação dos ambientes (LIMA, 1989), estão vinculados à subjetividade, à afetividade humana. Sem isso, não há ambiente. Significando dizer que não existe espaço que não seja ressignificado pelos seus usuários. Tal apropriação integram indicadores de qualidade do espaço escolar (KOWALTOVISKI, 2011), numa abordagem segundo a qual os estudantes, assim como professores e trabalhadores, devem ser foco do projeto de escola.

Por outro lado, a política de infraestrutura escolar de Pernambuco, vetorizada pelo o Projeto de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública no Estado de Pernambuco – Projeto EDUCAR – materialização do projeto *Pernambuco Education Results and Accountability (PERA)*, desenvolvido em parceria com o BIRD/BM, estabelece Padrões de funcionamento, apresentando espaços, equipamentos e mobiliários indispensáveis na concepção de um espaço escolar, alinhado a uma perspectiva de gestão para resultados, conforme explicita a principal diretriz do Programa, incorporando princípios e práticas, em especial, a gestão para resultados, (SILVA, 2017) incorporando, também “elementos de práticas, rotinas e ferramentas de controle de qualidade derivadas do setor privado” (WORLD BANK, 2016:08).

Daí que, ao delinear ações voltadas para requalificação e modernização da infraestrutura escolar, aquisição de mobiliário e equipamentos e melhoria de bibliotecas, por exemplo, o faça desde uma perspectiva de estabelecer Padrões Mínimos, como elemento de suporte para consecução dos objetivos de modernização da gestão de uma gestão educacional para resultados. Assim, não é de surpreender que a dimensão infraestrutural, apesar de ter sido a destinatária de 90% do valor do projeto, tenha se resumido ao conjunto limitado de espaços

e equipamentos que, em alguns casos chega a ser contraditoriamente revelador da perspectiva pedagógica e educacional adotada pelo governo estadual (SILVA, 2017).

No quadro a seguir, onde apresentamos os elementos mínimos para as áreas técnica e pedagógica das escolas estaduais, fica evidente que a política pauta seus critérios pela existência dos espaços e de alguns mobiliários, desconsiderando aspectos como os usos desejáveis e possíveis. Uma prova disto pode ser notada quando analisamos o mobiliário dos espaços, percebemos que uma sala é pensada para comportar 45 pessoas (número de mesas do estudante), e o laboratório de informática pensado para 10 pessoas e uma biblioteca, para comportar 16 pessoas. Como dito anteriormente, tais aspectos nos possibilitam inferir sobre a concepção de escola e de educação em voga, ainda, em Pernambuco.

Contrariando discussões teóricas sobre o espaço e a infraestrutura escolar, a política empreendida em Pernambuco pauta-se pela quantificação dos espaços, equipamentos e mobiliários, de maneira precária e incoerente o que, por si só, limita as possibilidades de uso e intervenção por parte de gestores, docentes, mas, sobre tudo, estudantes.

Além disso, tal política acaba por reproduzir políticas de infraestrutura escolar de âmbito nacional, como foi o FUNDESCOLA, também pautado na concepção de padrões mínimos de funcionamento das escolas articulada a um modelo de gestão gerencialista (SILVA, 2017).

Foi com base nos pressupostos e nestes aspectos da política de infraestrutura escolar de Pernambuco, que organizamos nossa coleta de dados em quatro escolas da rede estadual de ensino de Pernambuco. À época da coleta esta rede se compunha por três perfis de escola, cada uma correspondendo a um perfil de formação ou atendimento escolar. Eram elas: Escolas Regulares, que atendem estudantes dos anos finais do ensino fundamental e aos do ensino médio, funcionando em dois ou mais turnos; Escolas de Referência em Ensino Médio – EREM, que atendem exclusivamente o ensino médio, funcionando com carga horária em tempo semi-integral ou em tempo integral; e as Escolas Técnicas Estaduais – ETE, de carga horária integral, estas podem ter o formato de ensino médio integrado, atendendo estudantes egressos do Ensino Fundamental ou no formato subsequente ao Ensino Médio atendendo estudantes que concluíram o ensino médio.

Ainda no período da pesquisa, as Escolas Regulares representavam cerca de 70% da rede estadual de educação (PERNAMBUCO, 2014), mas devido ao perfil da Política Educacional em curso, este número tende a diminuir, de modo que o estado assumira o Ensino Médio com exclusividade. Sendo estas as mais numerosas da Rede (INEP, 2016) e considerando que a política de priorização do Ensino Médio vigorava no estado àquela época,

definimos as escolas Regulares como campo empírico desta pesquisa. Também levamos em consideração as contribuições das pesquisas de Soares Neto et. al. (2013) e a escala para aferir a infraestrutura escolar, que categoriza as escolas em razão de sua condição infraestrutural, como sendo de Nível Elementar, Nível Básico, Nível Adequado ou Nível Avançado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que 55% dos estudantes consideram o prédio de sua escola bem cuidado e 54% disseram gostar do prédio de sua escola. Mas, quando perguntamos se consideravam o prédio da escola bonito, 69% responderam que não. Ainda neste universo de perguntas, cujo foco estava em analisar quais aspectos predominam na percepção dos estudantes em relação ao espaço físico escolar, 85% alegaram gostar de estar na escola e 78% do total reponderam que se sentiam estando na escola. Mas quando perguntados sobre a escola ser um espaço confortável, 54% afirmaram que não.

É possível inferirmos sobre tais respostas que a escola como espaço – sua infraestrutura – não teria tanta relevância em relação ao prazer de estar na escola, capaz de torná-la um lugar aprazível, pois não consideram a escola confortável mas gostam de estar nela. Por outro lado, fatores subjetivos, como sensação de liberdade, tranquilidade, e integração teriam maior relevância, como pode ser visto nas respostas sobre os lugares preferidos por eles.

Para essa questão 25% respondeu o Pátio, por ser *o lugar de integração*; 22% apontaram a Quadra, por ser um local de *diversão e liberdade*. Enquanto 22% disseram ser a Sala de aula, especificamente por ser o local do *aprendizado*; em seguida 12% responderam Biblioteca, pela *tranquilidade e conforto*. Os demais tiveram as respostas divididas entre outros espaços.

Nossas visitas às escolas evidenciaram que, de longe, suas bibliotecas eram os espaços melhor conservados, organizados e decorados. Em algumas, são os espaços melhor climatizado. Transitando de aspectos subjetivos para percepção objetiva, os participantes da pesquisa acabaram por referendarem nossa percepção sobre as bibliotecas quando 83% consideram a climatização da biblioteca como boa ou ótima; 81% percebem a iluminação deste espaço como sendo ótima ou boa e 90% responderam que a rede elétrica não representa perigo aos usuários. Mas, também, reconhecem ser este um espaço pequeno em relação ao tamanho de suas turmas, quando pensamos em uso coletivo e simultâneo.

Não obstante o fato de serem os espaços reconhecidamente mais bem cuidados e organizados, são ao mesmo tempo espaços subutilizados das escolas, uma vez que 35% dos

estudantes dizem nunca usarem a biblioteca com sua turma. Um dos principais motivos seria a falta de profissional específico.

Um movimento semelhante, de subutilização, se dá com os laboratórios de informática - apenas três escolas possuem esse espaço - com 64% dos respondentes dizendo nunca utilizarem o laboratório de informática com sua turma e 57% dizendo não usá-lo individualmente. Aliado a isto, outros aspectos fazem desta situação de pouco uso ainda mais preocupante, a exemplo da qualidade e quantidade dos equipamentos.

São espaços climatizados, possuem equipamentos, e ainda assim 71% dos respondentes disseram ser o funcionamento do laboratório inexistente ou muito raro. Um percentual alto considera a quantidade de computadores pequena ou muito pequena, enquanto 78% avaliaram seus respectivos laboratórios como sendo de uma qualidade ruim ou regular.

Até aqui, a percepção dos estudantes corroboram o fato de o Padrão Mínimo das Escolas Estaduais para a concepção de bibliotecas escolares e laboratório de informática ser pensado para um número bem menor de alunos que a quantidade de estudantes por turma, um nítido contracenso.

Talvez, por estes aspectos, mesmo sendo os melhores espaços em termos de infraestrutura, a biblioteca e o laboratório de informática, não figurem com força dentre a opinião dos estudantes como sendo os ambientes de sua preferência.

Por outro lado, os dados sobre a frequência de uso da quadra<sup>3</sup>, apontam que 85% dos estudantes que responderam esta questão afirmaram usar a quadra com sua turma pelo menos uma vez na semana. Seria um indicador considerável de as possibilidades de uso e as relações entre as pessoas não apenas caracterizarem os ambientes como possibilitarem a construção de um significado por parte de quem usa. Fazendo da escola um território, que se constrói pelas relações dentro e fora dela, contribuindo para uma percepção subjetiva sobre os espaços e a infraestrutura escolar (VIÑAO, 2005).

Duas das escolas além de não possuírem quadra funcionam em prédios antigos, históricos e tombados, impossibilitando uma série de intervenções, no entanto, ainda que intervenções fossem possíveis nenhuma das ditas instituições possuem terreno capaz de comportar novas construções, muito menos das dimensões de uma quadra poliesportiva escolar. Significando dizer que há, aí, a negação de um direito.

Sobre o ambiente de que menos gostam e as respectivas justificativas, 49% fizeram referência aos banheiros, por serem *pequenos* e por faltar *manutenção*, ausência de limpeza

---

<sup>3</sup> Das quatro escolas apenas uma possuía quadra poliesportiva e uma utilizava a quadra de uma escola municipal vizinha. E foram estes estudantes que responderam tal questão.

frequente, disseram. Tal percepção ganha reforço quando 83% dos estudantes avaliam os banheiros que utilizam como sendo ruins; 31% mencionaram as salas de aula, pelo calor devido à falta de ventilação – ventiladores e ares condicionados – ou limitação da ventilação natural.

Ao contrário do que aconteceu nas questões onde os estudantes responderam dentro da expectativa e da perspectiva de ambiente/território, ou seja, valorizando espaço de convívio coletivo e ou considerando elementos subjetivos, nestas questões suas respostas apontam mais para a qualidade dos espaços. Esta observação nos permite reforçar a qualidade da percepção dos estudantes, pois quando faltam condições mínimas de estrutura a um espaço, a dimensão da ambiência, que também perpassa tais condições, entra em segundo plano.

Concluindo este conjunto de questões, perguntamos o que os entrevistados gostariam de melhorar no prédio de sua escola, ao que 36% responderam sala de aula, mais especificamente climatizando ou melhorando a ventilação atual<sup>4</sup>, trocando portas e janelas, ou colocando-as, e trocando as carteiras.

Outros 25% indicaram o banheiro como ponto a ser melhorado. Os poucos que justificaram apontaram a necessidade de manutenção e/ou ampliação dos mesmos, congruente com as respostas discutidas anteriormente. A escola, de maneira mais ampla, como objeto de melhoria, foi apontada por 20% dos estudantes, referindo-se a serviços de manutenção ou ampliação. Os demais apontaram, respectivamente, a construção de quadra; a reforma no teto; qualidade da água, reposicionamento das câmeras da escola e ampliação do refeitório.

Tais dados reforçam o porquê de a sala de aula ser considerada o espaço que os estudantes menos gostam e o mais indicado como necessário para melhorias. Mesmo quando apontada como o ambiente de preferência, a justificativa repousava sobre a compreensão de que apenas lá é possível aprender. Ou seja, não como ambiente, mas como lugar do saber, no qual é preciso estar. Uma verdade parcial e limitada apenas aos conteúdos curriculares formais.

Sobre a iluminação natural da sala de aula, 56% consideram ruim ou regular, porém apenas 31% consideram que esta iluminação tem impacto negativo chegando a atrapalhar seu desempenho nas atividades de sala de aula.

Talvez esta disparidade entre a qualidade da iluminação natural e seu efeito sobre os estudos em sala se justifique pelo fato de a iluminação de todas as salas de aula receberem o

---

<sup>4</sup> Apenas uma das escolas possuía ar-condicionado em todas as salas, as demais escolas em algumas salas não possuíam sequer ventiladores.

complemento constante da iluminação artificial, especialmente no turno da tarde, turno no qual todos os questionários foram aplicados.

Por fim, nos interessamos em identificar a percepção dos estudantes a respeito de reformas no prédio escolar e sobre a sua participação nestes processos. Neste contexto, 52% dos respondentes afirmaram terem vivenciado algum tipo de reforma na escola desde sua matrícula na instituição. Na maioria dos casos a referência foi feita à *pintura* da escola, *instalações elétricas* nas salas de aula. Uma das escolas havia passado recentemente por uma grande reforma do telhado e isto obviamente apareceu em todas as respostas dos estudantes desta escola.

Cotejamos a questão anterior com uma pergunta sobre a participação das estudantes e dos estudantes na definição das melhorias e ou adequações da infraestrutura escolar e uma expressiva e significativa maioria (87%) disse não ter sido consultada sobre este aspecto.

O sustentáculo desta questão está no fato de serem os estudantes um dos grupos para os quais a escola deve estar voltada, enquanto projeto pedagógico e arquitetônico (KOWALTOWISK, 2011), e nas contribuições de Lima (1989), para quem o espaço escolar deve ser construído subjetivamente pela relação entre as pessoas, mas também, pela possibilidade de intervenção concreta das pessoas sobre os espaços e ambientes.

É possível dizer, com base nos dados apresentados até aqui, que como grupo prioritário a quem a escola deve ser dirigida, os estudantes tem uma percepção a respeito da realidade infraestrutural de sua escola. Percepção que nós adjetivaríamos como coerente, na medida em que são poucas as contradições, e qualificada pela vivência cotidiana da realidade escolar.

Dito isto, uma inferência possível seria a de que o cenário de precariedade das escolas não demanda processos de consulta, pois os problemas são visíveis e reconhecidos por todos. Neste sentido ouvir o que os estudantes têm a dizer seria redundante. Uma coisa, porém, parece-nos certa: ao não ouvir esta voz, o princípio da gestão democrática é posto em xeque e o estudante como materializador da política atua como coadjuvante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos que os aspectos de caráter subjetivo, relativos às formas de uso e intervenção nos espaços, conformadores dos ambientes, tem muita relevância na percepção dos estudantes e, segundo nossa expectativa, ajudaram a construir uma leitura mais ampla sobre a materialização de uma política no chão da escola.

Basta notarmos que a maioria dos estudantes consideram o prédio de sua escola bem cuidado e que gostam de estar na escola chegando, mesmo, a dizerem que se sentem bem ao estarem na escola. Significando dizer que a infraestrutura, a escola como espaço, não é determinante do prazer que os estudantes dizem ter de estar nela, complementando-se como os dados que mostram que os espaços mais citados tenham sido aqueles cujas características são de interação e diversão, como pátios e quadra.

A percepção sobre as formas de uso e qualidade dos espaços e equipamentos pelos estudantes, apresenta-se de forma bem realista, revelando que um dos efeitos da política de infraestrutura escolar baseada em Padrões Básicos é a negação de direitos educacionais e de aprendizagens, a exemplo dos limites de utilização de espaços como bibliotecas escolares e laboratórios de informática, por falta de funcionamento ou de equipamentos.

Os dados nos mostram, ainda, que os estudantes, apesar de terem uma percepção realista de suas escolas, não são considerados como atores, mas apenas como destinatários da política, uma vez que apontam não terem sua voz considerada. No entanto, o que os dados nos mostram é que, os/as estudantes podem ser fundamentais na hora de pensar prioridades no campo da infraestrutura escolar.

Este trabalho nos permitiu um breve panorama da vivência da política de infraestrutura escolar, em especial dos Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas Estaduais de Pernambuco, por parte de estudantes, revelando um pouco dos seus efeitos sobre as pessoas e na garantia de um direito à educação de qualidade, em muitos aspectos negados. Contribuindo para compreendermos o papel da infraestrutura escolar como elemento da política pública de educação, na medida em que se relaciona, diretamente, com a dimensão pedagógica e administrativa.

## REFERÊNCIAS

- BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/374/37415201.pdf>>
- BALL, S. J. Textos, discursos y trayectorias de la política: la teoría estratégica. **Páginas de la Escuela de Ciencias de la Educación**, Córdoba, v. 2, n. 2 y 3, p. 19-33, sept. 2002.
- BALL; S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem políticas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BARDIN, L. **Análise do Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENCOSTTA, M. L. A. **Arquitetura e espaço escolar: o exemplo dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928)** In. BENCOSTTA, M. L. A. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

- DÓREA, C. R. D. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 161-181, jul./set. 2013. Editora UFPR.
- ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In. VIÑAO FRAGO, Antonio. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro:DP&A, 2001.
- FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Ago, 2000, nº 14. (pp. 19-34)
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação básica 2015**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 11.08.2016.
- \_\_\_\_\_. **Microdados do Censo da Educação Básica 2015**: [Recursos Eletrônicos] Brasília: INEP, 2016. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em 11.08.2016.
- KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.272p.
- LIMA, M. W. Souza. **Espaços educativos - usos e construções**. Brasília: MEC/CEDATE, 1988. 58p.
- LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000. 108p.
- PERNAMBUCO. **Projeto de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública no Estado de Pernambuco (SWAp PE) – Manual e Operações**. 2010. 54p.
- \_\_\_\_\_. **Padrão Básico de Funcionamento das Escolas Estaduais**: Início do ano letivo 2013. Secretaria Executiva de Gestão da Rede. 2012. 31p.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas,1999.
- SOARES NETO, J.; JESUS, G. R. de; KARINO, C. A.; ANDRADE, D. F. de. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Revista Est. Aval. Educ.** 24 (54), 2013.
- SOUZA, R. F. de. **História da cultura Material Escolar: um balanço inicial**. In. BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. (pp 163- 189)
- SILVA, I. S. da. **O espaço escolar na política educacional: análise da política de infraestrutura escolar em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2017.
- VIÑAO, Antonio. **Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada**. In. BENCOSTTA, M. L. A. **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. (pp. 15-47)
- WORLD BANK. **Brazil - Pernambuco Education Results and Accountability Project: Implementation Completion and Results Report**. 2016. 70p. disponível em < <http://documents.worldbank.org/curated/en/973501468197106430/pdf/ICR3721-ICR-P106208-PUBLIC.pdf>> Acesso em: 15 dez 2016